

Portugal e a crise

PEDRO PITA BARROS

“A principal falha foi dar tantos apoios à economia”

O economista do Projecto Farol diz que é preciso retirar o Estado da economia, alegando que os apoios só têm favorecido a falta de espírito empreendedor

PEDRO ROMANO
promano@negocios.pt

Propõem uma “Magna Carta Orçamental” para manter a estabilidade financeira. O compromisso implica metas concretas?

A ideia é arranjar uma forma de nos comprometermos com algumas regras mínimas a nível orçamental. De vez em quando, atarmos as mãos para não fazermos asneiras pode ser uma boa ideia.

A carta pode consubstanciar-se numa regra para a evolução da despesa?

Pode avançar nesse sentido. Claro que depois é discutível qual seria a meta concreta – 44% ou 45% do PIB, ou um valor diferente –, mas a lógica subjacente é de que um compromisso formal pode ajudar-nos a não cometer erros, mesmo que esses erros sejam proveitosos a curto prazo.

A despesa pública subiu quase ininterruptamente na última década. Onde é que há margem para cortar?

Eu não vejo a questão como um problema de rubricas específicas. Por princípio, dever-se-ia manter apenas aquela despesa pública que tem valor para a sociedade, entendendo “valor” numa perspectiva abrangente. Não acho que apenas por não se poder vender os serviços militares se deva prescindir do exército.

Reformulo: há algum caso óbvio de uma rubrica que não tenha o retorno desejado?

Em termos de serviços públicos, valeria a pena reavaliar o que é que precisamos que o Estado faça. Nos últimos 15 anos, sempre que alguma coisa funcionava mal a resposta foi a criação de um instituto público – e agora há uma proliferação deles. Ao nível das autarquias, acho que também há muita margem para melhorar a eficiência da função pública. E não sei se a divisão administrativa do País será a mais lógica.

Fala de consolidar funções?

Exacto. São coisas que nunca serão politicamente fáceis de fazer, mas se calhar alguns concelhos e

freguesias até poderiam ser fundidos. Depois, há muitas situações em que o cidadão ainda anda a passear papéis de um lado para o outro entre sectores da Administração Pública (AP). Há aqui qualquer coisa a correr mal. Ou seja, a questão não é só reduzir a Função Pública. Dizer que basta reduzir é assumir que ela funciona bem. Eu acho que não, acho que podia ser mais prática, que as pessoas podiam prestar um serviço melhor.

E ao nível dos investimentos públicos, que avaliação faz das grandes obras?

No caso do aeroporto, penso que é claro que mais cedo ou mais tarde terá de haver uma nova infra-estrutura. Mas se ele for feito na margem Sul, precisamos de acessos para lá chegar. A zona onde vai ficar instalado não é tão perto quanto isso. Isto implica uma nova ponte sobre o Tejo, e se não assegurarmos isto penso que estamos a dar um tiro no pé.

E quanto ao TGV?

Eu duvido que tenha rentabilidade. A linha para Madrid é sobretudo emblemática, a linha para o Porto talvez seja mais necessária, mas não deve pagar o investimento. Portanto, a questão é: “será que a sociedade portuguesa acha que para ser moderna precisa de um TGV?” Se calhar talvez um dia tenhamos de fazer só para dizermos que estamos ligados à Europa. Mas se for assim, ao menos que se seja feito quando houver condições para tal. Agora estar a fazer a linha Poceirão-Caia sem se saber como se liga a Lisboa já me parece do domínio do bizarro.

É curioso que, apesar de haver estudos acerca do TGV, a maior parte dos comentários se baseia no capricho. Isto resulta de pouca credibilidade dos estudos, ou só de preguiça intelectual?

Há dois casos. O primeiro são pessoas que não leram os estudos e os descartam por não terem lido. A segunda tem de facto que ver com o factor da credibilidade, quando se tem a sensação de que os valores que aparecem nos estudos foram lá colocados para darem o resultado de-

De vez em quando, atarmos as mãos para não fazermos asneiras pode ser uma boa ideia.

Pergunte a alguém que tenha criado uma empresa que falhou, a que é que atribui isso. Em 90% dos casos, as pessoas dirão: “porque não tive apoio suficiente do Estado”.

Temos um sistema fiscal complexo. De cada vez que há um grupo de pressão o Estado cria um benefício fiscal, uma excepção, uma salvaguarda.

sejado. Quando se confrontam os estudos para Portugal com os estudos feitos a nível internacional, é difícil perceber por que é que lá fora o máximo que se espera é que haja uma cobertura do custo operacional e cá se espera recuperar o investimento nalguns casos. Por que é que Portugal haveria de ser diferente?

O Projecto Farol também defende menos impostos para tornar o País mais competitivo. Há metas e calendários?

Não, isso tem de ser decidido com mais calma. Mas neste momento é óbvio que a carga fiscal é demasiado elevada, criando distorções nas decisões de trabalho e de investimento. Para além da diminuição dos impostos, outra coisa que se devia pensar seriamente é a simplificação fiscal. Temos um sistema complexo porque de cada vez que há um grupo de pressão o Estado cria um benefício fiscal, uma excepção, uma salvaguarda. Simplificar este sistema poderia fazer com que uma baixa das taxas de imposto não resultasse necessariamente numa diminuição da receita arrecadada. Os grupos que beneficiam das excepções pagariam mais, mas as pessoas em geral pagariam menos.

Outra proposta vai no sentido de se apostar no Investimento Directo Estrangeiro. Como?

Actualmente, o IDE já não vem por baixos salários nem se deixa atrair por subsídios de cinco anos ou benefícios fiscais. Por isso, temos de apostar noutros factores: uma justiça mais rápida, com resolução de disputas mais célere, recursos humanos mais qualificados, melhores ligações à Europa. Isto são factores estruturais. No caso das infra-estruturas, Portugal pode afirmar-se como um porto para o Sul da Europa. Actualmente, Roterdão tem esse papel no Norte, abastecendo a Bélgica, França, Alemanha.

Não está apenas a fazer recuar a questão? Como se põe a justiça a funcionar mais depressa e os trabalhadores a acumularem mais capital humano?
É óbvio que esses problemas não



se resolvem em seis meses com um decreto-lei. Se quisermos ir à raiz da questão, o problema é que temos uma sociedade pouco atreita a fazer algo por si mesma. A culpa nunca é nossa. Às vezes vemos pais queixarem-se da educação dos filhos, que tiveram más notas e agora não conseguem entrar na universidade, que lhes devia dar direito a um emprego bem remunerado. E se calhar os mesmos pais nunca foram às reuniões de pais, demitindo-se da educação dos filhos.

Seguindo esse raciocínio, chegamos à conclusão de que o problema é cultural e que não há nada a fazer...

Há. Resolve-se esse problema tentando mudanças graduais. Sabemos que vai demorar tempo, mas, se não fizermos nada, os nossos filhos vão viver da mesma forma. Faça a experiência: pergunte a alguém que tenha criado uma empresa que falhou, a que é que atribui isso. Em 90% dos casos, as pessoas dirão: porque não tive apoio suficiente do Estado. E se calhar a principal falha da política económica nos últimos anos foi dar tantos apoios à economia, porque estimulou esta atitude. Agora, estamos sempre a culpar o árbitro.

Série 5 dias
Projecto Farol

5ª feira
Farol e sustentabilidade económica

6ª feira
As propostas

2ª feira
Estratégia empresarial

3ª feira
Financiamento da economia

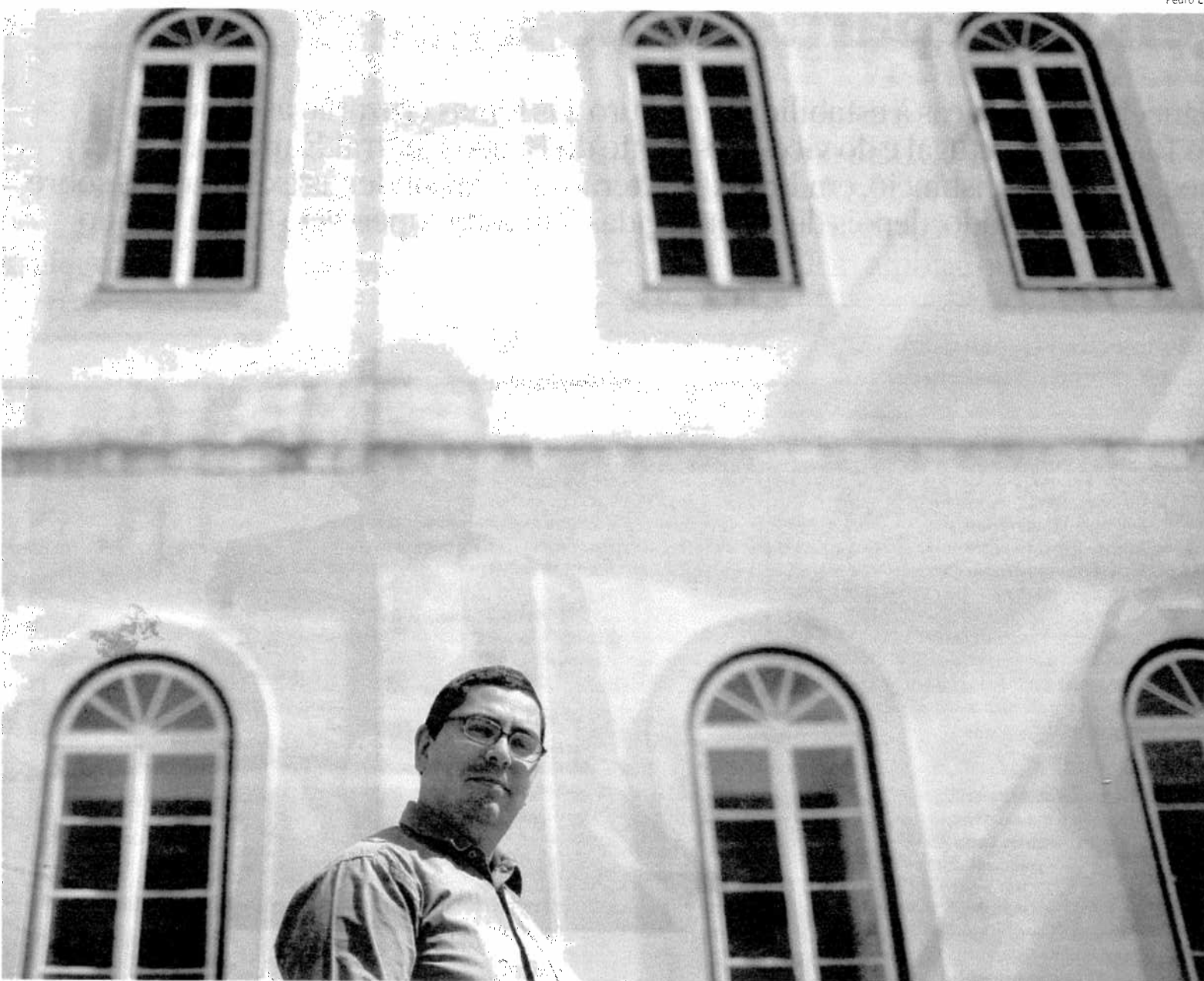
4ª feira
A cultura e a economia

Pedro Elias

PERFIL

UM ECONOMISTA ESPECIALISTA EM NÚMEROS DA SAÚDE

Pedro Pita Barros é doutorado em economia e Professor Catedrático na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa. Presidente da Associação Portuguesa de Economia da Saúde, o economista tem inúmeros artigos publicados em revistas de economia e, em particular, economia da saúde, bem como dezenas de livros e capítulos de livros também nesta área. O professor, de 43 anos, é ainda presidente da comissão do "Arrow Award in Health Economics", editor do "International Journal of Health Care Finance and Economics" e membro do corpo editorial das revistas "Health Economics, Health Care Management Science" e "Portuguese Economic Journal". Em 2006, foi convidado pelos ministérios da Saúde e das Finanças a integrar a Comissão para a Sustentabilidade do Financiamento do SNS, já depois de ter sido vogal do Conselho de Administração da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, por nomeação do Conselho de Ministros. **mc**



“Não é líquido que a entrada no euro nos tenha empurrado para a estagnação”

Pita Barros lembra que o euro obrigou Portugal a mudar o perfil da economia, deixando de depender tanto dos sectores com mão-de-obra barata

PEDRO ROMANO
romano@negocios.pt

O projecto Farol foca-se muito na falta de crescimento dos últimos 10 anos. A que atribui esta década perdida?

Houve de tudo um pouco. Acho que não há ainda uma resposta para isso.

Diagnosticar o problema não é um pré-requisito para propor terapias?

É, mas penso que ainda não está feito esse diagnóstico. Actualmente

fala-se muito do euro, dizendo que entrámos com um câmbio muito alto e que perdemos a possibilidade de desvalorizar a moeda. É verdade, mas nada nos diz que a desvalorização seria bem utilizada. E as pessoas esquecem-se de uma coisa óbvia: desvalorizar a moeda corresponde a empobrecer as pessoas do País.

Perde-se poder de compra para ganhar emprego. É um "trade-off".

Não sei se a prazo será mesmo mais emprego. Com o euro criámos uma zona estável, com segurança no câmbio e mercados seguros. Se eu quisesse ir trabalhar para Espanha, tenho muito melhores condições para planejar essa mudança. E note que estamos, pouco a pouco, a mudar o perfil da nossa economia. Antes tínhamos muitos têxteis e calçado. Agora nota-se alguma especialização em bens de alta tecnologia. Sem o euro, a

desvalorização teria feito com que o calçado e os têxteis fossem mais compensadores. Teríamos mais emprego a pagar menos. Por isso, não é líquido que tenhamos o euro a empurrar-nos para a estagnação.

Ao nível da política económica, quais foram os principais erros?

Uma coisa parece-me clara: o Estado permaneceu demasiado tempo muito activo na economia. E isso impede a criatividade, a saída de empresas menos eficientes. Ter o Estado em tudo e mais alguma coisa coarctar a acção dos privados.

Houve privatizações...

Houve, mas sempre que se fala da mudança dos CEO das grandes empresas, sobretudo as que foram públicas, começa-se a ouvir falar também da "golden share", do aval ou do beneplácito do Estado... Se ca-

lhar, mais importante do que ver quem detém as acções é ver quem é que de facto escolhe o líder.

Mas isso não é de agora.

Nas décadas anteriores já havia isto, com uma situação diferente: estávamos atrasados e havia o efeito de "catching up". Mas a partir do momento em que assumimos que queremos ser uma economia de ponta não podemos contentar-nos em imitar os outros países.

E ao nível de políticas mais concretas, onde houve mais erros?

Houve em várias áreas. Quisemos crescer muito através do betão e das auto-estradas. A gestão macroeconómica também foi muito expansionista e mesmo os períodos de consolidação orçamental nunca foram muito claros. Na educação e justiça também se cometeram muitos erros.

Sem o euro, a desvalorização teria feito com que a aposta no têxtil e calçado fosse mais compensadora.